



Poetisas e escritoras fora da ordem

Símele Soares Rodrigues

► To cite this version:

| Símele Soares Rodrigues. Poetisas e escritoras fora da ordem. ACERVO , 2020. hal-02969559

HAL Id: hal-02969559

<https://hal.science/hal-02969559>

Submitted on 16 Oct 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Poetisas e escritoras fora da ordem

Out of bounds poetess and women writers / Poetisas y escritoras fuera de la orden

RESUMO

A documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo possibilita a reconstrução da história das mulheres classificadas como “fora da ordem” pelo regime autoritário de Getúlio Vargas. Este artigo traz à luz as ações de um grupo de mulheres que subverteram a ordem através de rimas e de escritos críticos, uma “arma” carregada de sutilezas que toca as mentes e os corações.

Palavras-chave: história das mulheres; polícia política; censura.

ABSTRACT

The documentation available in the Department of Political and Social Order of the State of São Paulo makes it possible to reconstruct the history of women classified as “out of bounds” by the authoritarian regime of Getúlio Vargas. This article brings to light the actions of a group of women who subverted the order through rhymes and critical writings, a “weapon” loaded with subtleties that touch minds and hearts.

Keywords: women's history; political police; censorship.

RESUMEN

La documentación producida por el Departamento de Orden Político y Social del Estado de São Paulo permite reconstruir la historia de las mujeres clasificadas como “fuera de orden” por el régimen autoritario de Getúlio Vargas. Este artículo saca a la luz las acciones de un grupo de mujeres que subvirtieron el orden por medio de rimas y escritos críticos, una “arma” cargada de sutilezas que toca mentes y corazones.

Palabras clave: historia de las mujeres; policía política; censura.

Símele Soares Rodrigues

Doutora em História Contemporânea pela Université de Strasbourg/ Universidade de São Paulo. Professora titular na Université Jean Moulin (Lyon 3) e professora temporária na Université Paris-Sorbonne (Paris 4)
similerodrigues@gmail.com

Por uma nova história das mulheres

Entendemos que este ensaio insere-se nos estudos de história social que, a partir dos anos 1970, ampliaram seus temas, métodos, fontes e objetos, proporcionando novas abordagens para a história das mulheres. A chamada “história vista de baixo” eleva o homem comum a outro patamar de interesse, no qual as narrativas histórias dos oprimidos, do cotidiano, dos objetos, dos operários, das minorias e, principalmente, das mulheres foram inseridas na historiografia como objeto de análise

Michelle Perrot foi uma das primeiras historiadoras a estudar as mulheres e a reconhecer a dívida que a história possui em relação a esse objeto. Em 1973, Perrot, então docente na Universidade Paris VII, ao lado de Fabienne Bock e Pauline Schmitt, abriu o primeiro curso que interrogava a própria existência da história das mulheres. No Brasil, sua notoriedade surge com a obra *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, referência para todos os estudiosos de gênero. Um dos objetivos desse livro, nas palavras de Perrot, consiste em “substituir a representação dominante de uma dona de casa, insignificante, negligenciável, oprimida e humilhada, pela de uma ‘mulher popular rebelde’, ativa e resistente, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar, no centro do urbano” (Perrot, 1988, p. 172).

Andréa Lisly Gonçalves (2006), por sua vez, destaca a importância da releitura dos documentos ditos oficiais e a valorização do uso de novas fontes, antes desprezadas, como ações de divórcios, canções, provérbios, iconografia, crônicas, jornais, revistas femininas, dentre outros registros. É nesse contexto que os acervos policiais emergem recheados por uma multiplicidade de fontes que, confiscadas como provas do crime político, configuram um verdadeiro “armazém da memória” ou uma “caixa de Pandora” (Carneiro, 2002). Analisando esses registros, descobrimos o mundo subversivo das mulheres.

Poetisas e escritoras que, através de seus escritos, subverteram a ordem imposta pelos governos de Getúlio Vargas e de Eurico Gaspar Dutra, entre 1930 e 1954. Atuando como agentes sociais, essas ativistas romperam com o perfil idealizado de mulher submissa e restrita ao espaço privado do lar. Como sujeitos históricos, transformaram suas ideias em libelos contra o autoritarismo. Enquanto a historiografia oficial silenciava

sobre a história dessas mulheres, as autoridades policiais e políticas tinham plena consciência da importância, ou melhor, do perigo das anarquistas, comunistas, socialistas, sionistas, dentre outros tantos segmentos rebeldes da sociedade brasileira. Rotuladas de agitadoras e/ou subversivas, tornaram-se alvo da repressão institucionalizada pelo Estado brasileiro.

Assim, reafirmamos que a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops/SP) – cujo acervo dá sustentação a este texto – possibilita a reconstrução da história das mulheres classificadas como “fora da ordem” e que, como agentes sociais atuantes, estiveram na linha de frente no combate aos regimes ditatoriais (1937-1945 e 1964-1983). Optamos por concentrar nossa análise no período da ditadura varguista, momento em que a população brasileira foi intensamente vigiada e censurada. Analisando os registros produzidos pela polícia política¹ do estado de São Paulo, trazemos à luz as ações de um grupo de mulheres que subverteram a ordem através de rimas e de escritos críticos, uma “arma” carregada de sutilezas que toca as mentes e os corações. O acervo do Deops permite, assim, resgatar uma das faces dos movimentos de mulheres, aquela que reflete a luta pela liberdade de expressão da mulher na escrita e na crítica social.

Aparatos repressivos: de olho na mulher literata

A série Prontuários, um dos segmentos do fundo Deops/SP, evidencia que, entre 1924 e 1983, o Estado brasileiro sustentou uma política autoritária idealizada para o controle do cidadão e das instituições que pudessem comprometer a ordem instituída. Para os casos dos suspeitos de crimes políticos detalhavam-se dados como filiação, sexo, data e local de nascimento, nacionalidade e ideologia. Atentas às ideias divergentes, as autoridades policiais acabaram por formar um dos mais completos “arquivos gerais da subversão”, aqui definidos como um verdadeiro tabuleiro de ideias políticas, de tramas e de negociações entre os diferentes grupos étnicos, políticos, religiosos e culturais. No que se refere às mulheres “fora da ordem” – neste artigo as escritoras engajadas em projetos incompatíveis com a manutenção da ordem nacional –, o controle e a repressão se

¹ O termo “polícia política” é utilizado para designar uma modalidade especial de polícia, dedicada a funções preventivas e repressivas aos grupos indesejáveis. Para as autoridades políticas, apresentava-se a necessidade emergente de conhecer e mapear a sociedade sobre a qual se dava sua ação, criando, assim, leis dedicadas a combater o “crime político”.

deram por meio de práticas violentas e ilegais, como confisco de provas, prisão, tortura e cárcere privado.

Dois aparatos repressivos do Estado atuavam como “vigilantes da ordem e repressores da desordem”: o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em nível federal e estadual, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).² Com o intuito de identificar os indícios de rebeldia, esses aparatos repressivos dirigiram suas atenções para as mulheres que estavam “fora da ordem” e, principalmente, àquelas que tinham o dom da escrita. Parte da literatura confiscada pelo Deops, aqui considerada como literatura de resistência, foi produzida por escritoras que tinham o talento de seduzir pela palavra, traduzir os sentimentos e provocar rebeldia. As poetisas, ao se pronunciarem, pretendiam tocar a sensibilidade do leitor e, sobretudo, encontrar novos adeptos para sua ideologia e/ou causa.

Constatamos, através de um inventário junto ao fundo Deops/SP, que a poesia, os contos e os romances foram empregados pelas mulheres como instrumentos de luta social e “conversão” política entre as décadas de 1920 e 1950.³ Do ponto de vista da interpretação da polícia política, eram considerados como ações capazes de gerar distúrbios entre os trabalhadores. Quando confiscados, serviam de provas do crime político e expressão do ato de subversão, ou seja: eram testemunhos de rebeldia. Assim, os libelos produzidos por essas escritoras deveriam ser submetidos a uma espécie de saneamento ideológico. Procurava-se “purificar” a sociedade, impedindo a circulação das ideias rotuladas como perigosas, postura que fortalecia os mitos políticos e a ordem autoritária.⁴

Consideramos que a literatura pode ser utilizada como um instrumento político, contribuindo para conscientizar alguns segmentos da

2 O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939 com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo ao povo, aos “novos brasileiros e brasileiras ideais”. Organizado em setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa, o departamento coordenava a propaganda interna e externa, fazendo censura, organizando manifestações cívicas e dirigindo o programa de radiodifusão oficial do governo. Vários estados possuíam órgãos filiados, os chamados Deips. Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país e do comportamento social. Na imprensa, a uniformização das notícias era garantida pela Agência Nacional, enquanto o DIP as distribuía gratuitamente ou como matéria subvencionada, dificultando assim o trabalho das empresas particulares e monopolizando o noticiário. Também realizava concursos de monografias e reportagens sobre temas nacionais. O setor de divulgação editou várias coleções e divulgou as obras em bibliotecas, escolas, quartéis, hospitais e sindicatos. A censura institucional não ficou apenas sob a responsabilidade do DIP, os vários Deops (estaduais) e o Dops (federal) somaram forças no sentido de anular as diversidades políticas.

3 Sobre a literatura confiscada, ver: Rodrigues (2009).

4 Sobre essa questão, ver: Carneiro (2002).

população sobre a ordem instituída. É o caso das poesias e textos literários, que, marcados por um teor crítico, eram escritos por partidárias e simpatizantes do comunismo, do anarquismo e do antifascismo. O governo varguista, consciente da importância de intelectuais para construir a identidade nacional e legitimar o seu projeto autoritário, procurava cooptar cidadãos capazes de criar e/ou patrocinar a arte nacional, vigiando-a de perto. Em um movimento contrário, aqueles que se configuravam fora da ordem eram considerados criminosos.

É importante ressaltar que criminalidade e delinquência, segundo o ponto de vista sociológico, são noções construídas em função da organização social e de valores que orientam uma dada sociedade. Para Durkheim, o crime é um ato reprovado pelo corpo social e passível de repressão penal. É um fenômeno normal, ligado às condições de toda a vida coletiva e na qual é definido em relação a uma cultura (Echaudemaison, 1998, p. 102). Assim, as autoridades políticas, ao construir as noções de “desordeiros” e de “periculosidade” social, justificavam sua ação repressiva por meio do Deops. As leis criadas nessa época, como a lei n. 38 e o decreto-lei n. 38, legitimavam o crime político, a censura, a repressão e a punição dos cidadãos perigosos, dentre os quais estavam as mulheres.

Em se tratando da mulher “fora da ordem”, a intelectual fugia da imagem da “nova brasileira” promovida pelo DIP. Durante a Era Vargas (1930-1945), a mulher era incentivada a se dedicar ao papel de “dona de casa”, “boa mãe” e “esposa” ou, no máximo, uma “ótima professora” (Nahes, 2007, p. 18).

As autoridades políticas tinham plena consciência de que era preciso inserir a figura da mulher no espaço público e, com moldes e objetivos bem definidos, controlá-la e colocá-la a serviço do governo. O discurso educacional construído pelo Ministério da Educação, tendo à frente Gustavo Capanema, unia a idealização da carreira de “mestre” à figura da mulher. Segundo Maria Helena Bastos, era veiculada a ideia de que o magistério seria ainda o lugar ideal de realização da mulher, onde ela poderia cumprir a mais alta e sublime missão que uma mulher pudesse almejar:

Como cidadã, mãe e professora, a mulher era coadjuvante do processo de nacionalização e modernização da sociedade brasileira, através da educação e da escola, formando o homem integral – cidadão patriota, isto é, no exemplo de sua vida de virtudes, forma, plasma, aperfeiçoa, corrige caracteres, cria e estimula bons hábitos. [...] O papel da mulher, como responsável pela educação das crianças, tanto na família quanto na escola, era enaltecido. A atuação da

professora tinha de refletir uma maternidade espiritual voltada aos seus filhos – alunos na escola-lar. (Bastos, 1994)

Mulheres perigosas, segundo o Deops

Como podemos constatar, todas as mulheres que fugiam desse “modelo ideal” apregoado pelo Estado deveriam, segundo a lógica das autoridades policiais, ser reprimidas e pressionadas a não “invadirem o espaço público”. A documentação do fundo Deops atesta a censura e a perseguição a essas bravas mulheres, que não se calaram diante da repressão estatal. Os prontuários recheados de informes, termos de declarações, atos de busca e apreensão, termos de qualificação, entre outros, trazem à luz os enfrentamentos assumidos por essas mulheres rebeldes.

Na capital paulista dos anos 1930, várias mulheres romperam com as adjetivações “frágil”, “sexo fraco” e “gentil”, ditadas pelo Estado. Engajadas em algum segmento político, criaram associações e/ou filiaram-se a grupos ideológicos. Algumas instituições e associações femininas foram vigiadas cuidadosamente pela polícia política, conforme atestam os prontuários policiais: União Feminina do Brasil,⁵ Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita,⁶ Federação das Mulheres do Estado de São Paulo,⁷ entre outras.

Neste artigo, temos o objetivo de recuperar alguns casos ilustrativos da rebeldia das mulheres que, através de textos literários, lutaram pela liberdade e pela justiça social.

Vale lembrar que alguns segmentos da literatura dos anos 1930 e 1940 romperam com os padrões convencionais literários, com a preocupação de trazer para as letras brasileiras um tema praticamente desconhecido: o cotidiano dos pobres e oprimidos. Foi essa a origem do “romance proletário”, inspirado na temática da miséria urbano-industrial. O estilo dessas obras se aproximava do chamado “realismo socialista”, centrado no relato fiel dos fatos. As escritoras e poetisas analisadas nesse artigo endossavam essa proposta literária protestatória, sendo então perseguidas pelos aparatos repressivos do governo Vargas.

5 Apesp. Deops/SP. Prontuário 320 – União Feminina do Brasil, v. 1-4.

6 Apesp. Deops/SP. Prontuário 48.122 – Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita.

7 Apesp. Deops/SP. Prontuário 108.021 – Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

A escritora “felina”

Dentre as poetisas revolucionárias estava Haydeé Nicolussi (1905-1970).⁸ Na fotografia anexada à sua ficha de identificação policial, observamos uma mulher de cabelos loiros, de rosto fino, frágil, digna de uma imagem angelical. Nasceu em Alfredo Chaves, estudou no tradicional Colégio do Carmo, seguindo para o Rio de Janeiro, onde estudou inglês e museologia no Museu Histórico. Aperfeiçoou seus conhecimentos de artes em Paris e, ao retornar ao Brasil, ingressou como funcionária no Museu Nacional de Belas Artes. Ao mesmo tempo, escrevia para jornais e revistas, sendo premiada em 1929 em um concurso de contos da revista *O Cruzeiro*. Traduziu Buckarin, Gladkow e Lin-Yu-Yang e teve seus poemas traduzidos para o espanhol e o francês. Em 1943, Haydeé Nicolussi, então com 38 anos de idade, publicou um único livro de poemas, *Festa na sombra*, em estilo neo-simbolista. Seus versos livres e soltos identificam-se com a tendência modernista pós-simbolista desenvolvida a partir de 1927, ao redor da revista *Festa*.⁹

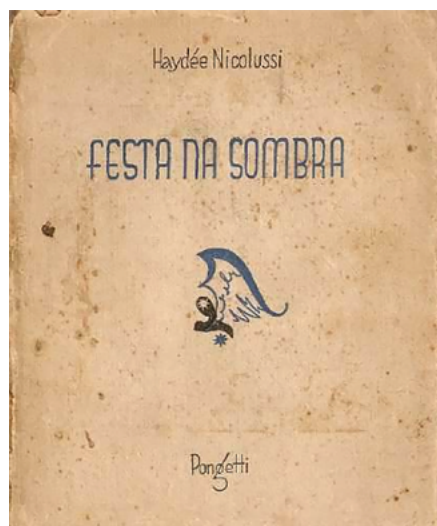


Figura 1 – *Festa na sombra*, de Haidée Nicolussi, único livro de poemas publicado pela autora, em 1943.
Fonte: Acervo Tucci (SP)

Sua produção literária mais ampla somente poderá ser conhecida através de pesquisas junto ao fundo Deops/SP, guardião do seu histórico como ativista política. Os primeiros registros datam de 1932, momento em que

⁸ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi.

⁹ Deste movimento fizeram parte Adelino Magalhães, o crítico Nestor Vitor, Murilo de Araújo, Gilka Machado, Andrade Muricy, Barreto Filho, Cecília Meireles e Tasso da Silveira.

foi identificada como “perigosa comunista” por portar “numerosos escritos agitadores e subversivos que bem provavam as suas ideias extremas”.¹⁰ Segundo informe policial, Haydée já havia sido presa em setembro do mesmo ano, na residência do comunista Nute Goifman, elemento participante do III Congresso do Partido, realizado no Rio de Janeiro, em 1929. Nesse local costumavam se reunir “elementos nocivos à ordem social e política”, como Manoel Ribeiro – destaque da Federação da Juventude Comunista – e Sylvia Regina, membro do “comitê feminino” do Socorro Vermelho Internacional.

O conto “Pedagogia...” evidencia o caráter subversivo de Haydée, apreendido e anexado ao seu prontuário como prova de crime político. Nele, Nicolussi descreve “um tempo em que a flecha e a palmatória ainda eram deuses tabus da vida da escola...”. Com um olhar crítico, a escritora contrapõe duas personagens: uma estudante rica, que tinha todas as honrarias, e uma pobre, zombada e maltratada pela professora. A narrativa gira em torno do seguinte fato: um dia, ao não conseguir cantar o hino da bandeira brasileira, paralisada pelo medo da professora, a aluna pobre [Terezita] urinou na classe, sendo expulsa da escola. Revoltada, a menina Terezita declarou que preferiu apanhar do seu pai embriagado a frequentar a escola que continuava “a ser luxo para quem pode!”.¹¹ Assim termina este conto.

Através de outros textos de sua autoria, constatamos que Haydée tinha todos os atributos para ser classificada como uma “mulher indesejável”: intelectual, comunista e anticlerical. Numa das vezes em que foi convidada a depor, a polícia encontrou em sua posse um “caderno de pensamentos” extraídos de vários autores, entre eles Lenine e Marx, além de notas anticlericais.¹²

Entre 1932 e 1940, paira um grande silêncio no prontuário de Nicolussi, que recebeu apenas duas informações: a primeira, de que em 1935 havia sido novamente detida por envolvimento com o levante comunista, dividindo a cela com Olga Benário; e a segunda, quando as autoridades policiais identificaram uma poesia de sua autoria no suplemento feminino do

¹⁰ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Informe sobre Haydée Nicolussi da Superintendência de Ordem Política e Social, Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 2 de dezembro de 1937.

¹¹ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Conto “Pedagogia”, sem data.

¹² Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Caderno de citações e pensamentos, manuscrito, São Paulo, sem data.

jornal *Diário de São Paulo*, em junho de 1940.¹³ Ainda que essa poesia não abordasse nenhuma questão política ou religiosa, o impresso foi confiscado e enviado ao Deops. O perigo desses versos? O fato de uma mulher defender uma relação amorosa baseada na igualdade de sentimentos, dirigindo-se a outras tantas mulheres. Enfim: Nicolussi reunia em si o anti-modelo de mulher ideal. Apesar de honrada com um diploma universitário, não cumpria seus deveres “divino” e de “cidadã”, praticando funções perigosas e sediciosas como escritora, jornalista e intelectual. Assim, suas atividades profissionais deveriam ser vigiadas de perto.

Em seu conto “Profissionais da renúncia”, Haydée ataca a igreja católica. Felina, a autora afirma que é mais fácil combater a lepra, a polícia ou até as próprias leis dos códigos cíveis do que a religião. Argumenta que existe um verdadeiro profissionalismo religioso para praticar o terror cósmico, em que a renúncia apresenta as garras e outras formas de compensação no jogo de riquezas e vaidades humanas. E explica:

O baixo, o vil que enodoa o espírito de renúncia não é o fato do indivíduo, sentindo-se falhar diante das volúpias do mundo oficial dos homens, ir a busca de outras volúpias (Deus, a outra vida... Através desta...)

Todos nós estamos mais do que informados de que entre centenas de sacerdotes e freiras que se “diplomam” em renúncia todos os anos, nas almas penas doloridas: outras simplórias ou iludidas que saem combatendo comunistas, convencidíssimas que estão servindo a uma verdade, enquanto meia dúzia por cento, inteligente, cultíssima, sagacíssima, sobe aos cardinalatos e aos papados para guardar o “cofre da rainha Maria Teresa” como conta a lenda tão bem escrita pela subtilíssima Selma Lagerlöff.

Sim.

[...]

O mundo está mal feito?

Quem é que sustenta a fome e a miséria... À custa de esmolas animalizadoras do caráter humano?

Quem é que sustenta o pecado à custa de perdões?

Quem é que sustenta a vaidade à custa de ofícios eclesiásticos espetaculosos?

A religião

– Ah! Se não fizer assim, a humanidade não aceita... Não quer a religião...

Logo a religião como política [...], que usa das mesmas armas como os seus

¹³ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydée Nicolussi. Boletim de informações de Carlos Marques, da Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 22 de julho de 1940.

adversários, não tem bases para convencer. É fraca. É falsa. É vulnerável!

E se é preciso usar de tais armas para a humanidade obedecer e há dois mil anos que essa humanidade esperneia e desobedece é porque os processos têm sido detestáveis infelizmente (para ela)... Apesar de todas as suas diplomacias e da sua intransigência aparente, os homens já descobriram que a Igreja é uma verdadeira estátua de borracha oca, inchando-se ao sabor dos vendavais dos séculos, toma todas as formas, apropriando-se de todas as orientações das consciências livres para se manter de pé.

[...]

E tal qual Cristo a sonhou.

Sem regalias de classe...

Sem precisar matar a fome dos seus moradores com missas pelos defuntos, batizados e casórios...

Sem vender (a tostão o bentinho) escapulários com [...] de preces, porque não existirão mais do lado de cá exploradores e explorados tristes contra o mal de sofrer e de fazer sofrer os outros...

Sem se vingar da desgraça individuais dos seus membros (desorientando inocentes à custa dos pecadores)

Então, os monges espontâneos poderão se isolar na Igreja de Cristo, cultivando hortaliças com o abade de guerra Junqueira, e comendo tranquilamente [...] com arroz sem precisar iludir a humanidade à custa de deuses de ouro e de prata, nem de báculos carregados de pedras preciosas... ¹⁴

A escritora critica não só o clero, aqui representantes da Santa Sé, mas a própria imagem institucional da Igreja Católica, acusada de discursar seus sermões em nome da fé católica, retratando-se como justa, sagrada e defensora da pátria e da família. Esse conteúdo autenticava o caráter “subversivo e criminoso” dos versos segundo a lógica da polícia política varguista. É necessário ressaltar que, na década de 1930, o governo de Vargas e a Igreja Católica estabeleceram relações de colaboração recíproca. A Igreja passou a compartilhar do poder político junto ao Estado. Segundo Maria das Graças Ataíde de Almeida, o pacto temporal-religioso no Brasil se legitimava pela convergência de interesses e pelo inimigo comum:

O Estado tinha para si a incumbência de resolver os problemas do operariado, o qual torna-se a “menina dos olhos” de Getúlio Vargas. Os comunistas são

¹⁴ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Prosa “Profissionais da renúncia”, manuscrito. São Paulo, sem data. doc.1, f. 1-9. Grifo da autora. Os trechos ilegíveis foram assinalados com “[...]”.

eleitos como o inimigo objetivo do Estado (...), e para destruir este inimigo, a Igreja oferecia ao Estado seu discurso catequético, o qual apontava os comunistas como inimigos da religião, da família e da pátria. (Almeida, 2002, p. 576)

Obviamente que esse conto foi confiscado para justificar o perigo de Haydée para a sociedade brasileira, sendo a maioria católica e fiel da Santa Sé. Como o Estado e a Igreja tinham inimigos em comum, por exemplo, os judeus e os comunistas, as duas instituições se apoiavam mutuamente com a finalidade de manter a ordem e combater as ideias exóticas.

A encíclica “Divini Redemptoris” (1937), mais conhecida como “Sobre o comunismo”, evidenciava a preocupação de Roma com o catolicismo nas Américas e a abominação católica em relação ao comunismo. Nesse texto, o papa Pio XI (1922-1939) fazia advertências contra as táticas de desinformação empreendidas pelos comunistas soviéticos, alertava para o fato destes se infiltrarem nas associações e publicações católicas com a finalidade de espalhar seus erros. Pio XI afirmava que o comunismo se esforçava para aliciar as multidões, enganando-as de várias formas, escondendo os seus reais propósitos por trás de ideias boas e atraentes. Assegurava também que os comunistas estimulavam a luta de classes, com consequências desastrosas como a “derrama de rios de sangue, não garantindo nenhuma paz interna, tentando perfidamente cavar seus túneis por entre os que professam a fé católica e entrar nas organizações religiosas” (Almeida, 2002, p. 576). A Igreja, pautada pela encíclica, alertava os “irmãos fiéis” para não se deixarem enganar, pois o comunismo era intrinsecamente um erro e ninguém salvaria a civilização cristã colaborando ou se comprometendo com o “credo vermelho”.

Ainda sobre o comunismo, o texto “Curto-circuito”, de Haydée, mostra a capacidade de persuasão e convencimento da escritora referente às dúvidas de um indivíduo sobre a igualdade comunista. Sob um humor audacioso, a autora conta essa pequena história:

Quando o moço me disse que duvidava do valor da igualdade pregada pelo comunismo, fiquei radiante e não pude deixar de aprová-lo: nota dez...

– Muito bem, caro colega! Onde é que se viu igualdade? Imagine você a gente ser obrigada a nascer da mesma cor, do mesmo tamanho, com a mesma idade e morrer ao mesmo tempo em que os outros?

O governo passando uma vassoura por todos os lados, de todas as pessoas para que ninguém tenha o direito de [...] um topete gracioso como do sr. Epitácio ou um [...] como o de Gandhi. Não é absurdo?

(e o moço acreditou...)

Ouvi dizer que temos [...] vestidos todos iguais?!

Claríssimo, respondi prontamente.

Um só uniforme para a Terra inteira: o nudismo, álcool... A mendicidade...

Sossegue, disse-lhe eu! Já há um sábio que está estudando o processo [...] existir um só sexo futuramente... Não é preciso cogitar de eugenia...

E o moço nem pestanejou...

E o problema da moradia coletiva?

Ouvi dizer... Que vão ser abolidas as paredes? Sem dúvida! Pra que gastar com paredes se todos somos iguais? Hoje em dia, por exemplo, [...] vê essas casinhas de [...] de longe e pensa que são de zinco, de lata velha, um só e único compartimento, com crianças famintas dormindo no [...] e pais analfabetos que não trabalham nem vão a academia em franca promiscuidade com os filhos. Infâmias! A [...] civilização é a [...] perfeição: todos têm hoje o que quiser, é só trabalhar... As casas são feitas de chocolate. [...]

Eles pregam essa verdade que eu disse. Eu já li [...]: igualdade absoluta.

Ora! Claro que isso de esconder os livros debaixo da cama é monopólio da igreja católica que está de posse da verdade absoluta só para uso privado do papa e seus cardeais... O comunismo prega a mentira, está traduzido e disseminado em todas as línguas por todo o mundo, prova como ele está errado... [...]

E o moço concordou... E riu...

Quá! Quá! Quá! Quá!

Essa nossa humanidade é inteligente juda...¹⁵

Outra prosa classificada pelo Deops como “criminosa” foi anexada ao prontuário de Haydeé Nicolussi. O texto trata da luta de classes, do regime burguês e critica as posturas do Estado e da Igreja Católica com relação à situação da mulher. Nesse texto sem título, Haydée evoca o desemprego de milhares de “famintos substituídos pelas máquinas”, a substituição de homens por mulheres e crianças nas fábricas, e critica a exploração de mulheres em trabalho penoso e miseravelmente pago. Afirma que a aliança burguesia-Igreja é um dos pilares da condição vergonhosa em que se encontra a mulher na época:

Criam associações católicas e agremiações de qualquer caráter religioso para iludir as mulheres com a cantarola do bem pago no outro mundo... Enquanto os patrões burgueses engordam nesse... Já ouvi um escritor bastante canalha

¹⁵ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Prosa “Curto-circuito”, manuscrito. São Paulo, sem data. doc. 2, f. 11-13. Os trechos ilegíveis foram assinalados com “[...]”.

e um juiz de órfãos dizerem que o rico vai a Igreja para ensinar o pobre a obedecer, fingindo crer em Deus para dar o exemplo... Mas que o verdadeiro Deus que rege o mundo é o Prazer, o Dinheiro. Também a classe burguesa é bastante ordinária para dizer a toda hora: pobre não sente... Gente pobre já está acostumada a sofrer! Companheiras!

Haydée convoca suas companheiras para a luta, convidando-as para “a nossa gargalhada para o dia de amanhã!”. Justificava a sua postura de mulher engajada, promovendo os ideais de uma sociedade igualitária e justa: a sociedade socialista.

É preciso que aprendamos a nos unir e a estudar os meios de luta desde já porque a hora de queda do burguês está próxima e o operário precisa saber o que faz. É preciso reagir contra todas as espécies de explorações: contra exploração da criança no trabalho e nas organizações reacionárias e fingidas, mascaradas de militarismo ao escotismo. É preciso reagir contra a exploração da mulher no campo, condenada ao lado dos maridos colonos a serviço de fazendeiros feudais, a morrerem ambos na miséria, [...] e minados de febres. É preciso reagir contra a exploração das mulheres no lar.¹⁶

De um ponto de vista sociológico, vale lembrar que todas as sociedades categorizam as pessoas e estabelecem os atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Segundo Goffman, existem três tipos de estigma nitidamente diferentes: referem-se às abominações do corpo – as deficiências físicas; às de raça, nação ou religião – que podem ser transmitidas através da linhagem familiar; e às culpas de caráter. Este último tipo é percebido como “vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical” (Goffman, 1998).

No caso de Haydée, é possível constatar o apelo policial à “trilogia do estigma” de mulher, judia e comunista, conforme análise de Tucci Carneiro (1995). Um documento, datado de 1946, nos comprova essa abordagem policial quando o gabinete de informações elaborou algumas

¹⁶ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Prosa sem título, manuscrita. São Paulo, sem data. f. 14-19. A própria autora numerou as páginas de 2 a 7, sendo que a primeira página não se encontra no prontuário. Os trechos ilegíveis foram assinalados com “[...]”.

fichas de identificação: Haydée Nicolussi foi a única mulher a ser citada, ao lado de 11 homens perigosos. Segundo a biografia escrita por Francisco Aurélio Ribeiro, Haydée faleceu em 1970, no Rio de Janeiro.¹⁷

A musa dos modernistas

Mais conhecida pelo apelido Pagu, Patrícia Galvão também transgrediu a ordem oficial e os códigos da época.¹⁸ Escritora, jornalista, militante comunista no Brasil e na Europa, foi casada com dois grandes nomes da literatura brasileira: Geraldo Ferraz e Oswald de Andrade, ambos fichados pela polícia política. Os estudos do Centro de Estudos Pagu da Universidade Santa Cecília¹⁹ e os artigos publicados no jornal *A Tribuna*, de Santos,²⁰ colaboram para reconstruir o percurso e a história dessa escritora rebelde. Suas ideias e as várias prisões nos ajudam a compreender o perigo representado por essa mulher, segundo a lógica policial.

Patrícia Galvão nasceu em São João da Boa Vista, São Paulo, em 1919, e passou sua infância no bairro operário do Brás, na capital. O apelido Pagu lhe foi dado pelo poeta Raul Bopp, que a aproximou do grupo modernista frequentado também pela pintora Tarsila do Amaral e pelo escritor Oswald de Andrade. Patrícia Galvão começou sua vida militante aos 20 anos, durante uma viagem a Buenos Aires, onde encontrou o líder comunista Luís Carlos Prestes. De volta ao Brasil, então com 21 anos, aderiu ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e iniciou sua atuação na imprensa, posicionando-se contra a ditadura de Getúlio Vargas. Pagu encontra-se entre as principais mulheres presas por motivos políticos no Brasil ao longo do século XX. Em 1931, foi detida pela primeira vez, quando participava de uma reunião do PCB, e levada ao “casarão da praça dos Andradas”,²¹ onde ficou na cela n. 3, “a pior cela do continente”, segundo o general e secretário da segurança de São Paulo, Miguel Costa. Dois anos depois, foi detida em flagrante pela polícia política quando distribuía panfletos subversivos no bairro da Saúde, em São Paulo, sendo considerada pelas autoridades policiais como “propagandista política e agitadora subversiva”. Nesse

¹⁷ Esses elementos sobre a vida de Haydée podem ser encontrados em Ribeiro (2005).

¹⁸ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.053 – Patrícia Galvão.

¹⁹ Para saber mais: www.pagu.com.br. Acesso em: 11 out. 2015.

²⁰ Para saber mais: www.novomilenio.inf.br/cultura. Acesso em: 11 out. 2015.

²¹ O local desta prisão se transformou no Centro Cultural Patrícia Galvão, hoje um importante complexo cultural na cidade de Santos.

mesmo ano de 1933, lançou *Parque industrial*, descrevendo a vida e a luta dos operários, divididos entre não-militantes e politizados.

Como jornalista, Pagu viajou por vários países da Europa, chegando a Paris em 1934. Na Cidade Luz, estudou na Sorbonne e colaborou com o jornal *L'Avant-garde*, além de trabalhar como tradutora de filmes para os estúdios da Billancourt. Com o pseudônimo de Léonie, ingressou no Partido Comunista francês e, como não podia ser diferente, participou das manifestações comunistas nas ruas de Paris. Foi presa três vezes pela polícia francesa, sendo indiciada como militante comunista estrangeira. O governo Laval decidiu submetê-la ao Conselho de Guerra, mas o embaixador brasileiro Souza Dantas conseguiu a sua repatriação para o Brasil. De volta ao país, Pagu ainda enfrentou outras prisões: em 1935, durante sua participação na Intentona Comunista, em 1937 e 1938, quando o Tribunal de Segurança Nacional a condenou por mais dois anos de detenção. Em decorrência dos avanços do comunismo no Brasil, o governo Vargas ampliou os aparatos repressivos legitimados por lei, principalmente a de n. 38, conhecida como Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935.²²

As atividades de jornalista, escritora e militante se fundem em uma só mulher. Pagu teve suas obras censuradas pela Delegacia de Ordem Política e Social e vários livros apreendidos.²³ Foi presa mais de vinte vezes e torturada nos porões do Dops. Sempre que era presa, a fotografia de Pagu aparecia estampada nos jornais, acompanhada de comentários da polícia: “terrorista comunista é presa”, “mulher imoral e perigosa” etc. Incontrolável e convicta de suas ideias, Patrícia Galvão sempre voltava às atividades “proibidas”. Assim continuou até 1940, data da sua última prisão, em uma cadeia na cidade de Santos, que quase colocou fim à sua vida. Ao ser liberada, a militante estava muito doente, pesando 44 quilos. Nesse momento, Pagu rompeu com o comunismo e, a partir dos anos 1950, dedicou-se às artes dramáticas e à literatura. De volta a Santos, projetou-se como crítica literária, teatral e de televisão junto ao jornal *A Tribuna*.

²² Essa lei definia os crimes contra a ordem política e social, sendo sua principal finalidade transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Em setembro de 1936, a aplicação da LSN foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Esse órgão era subordinado à Justiça Militar e composto por juizes civis e militares escolhidos diretamente pelo presidente da República, devendo ser ativado quando o país estivesse sob o estado de guerra (Lei..., 1997; Godoy, 2007).

²³ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.053 – Patrícia Galvão. Auto de exibição e apreensão. Delegacia de Ordem Social. São Paulo, 23 de janeiro de 1936.

Engajada, liderou a campanha para a construção do Teatro Municipal, fundou a Associação dos Jornalistas Profissionais e criou a União do Teatro Amador de Santos. Pagu faleceu em Santos, em 12 de dezembro de 1962, deixando a sua marca na literatura, no jornalismo e na história política do Brasil, projetando-se como uma mulher engajada, extrapolando as figuras de “musa dos modernistas”, “musa antropofágica” e visionária.²⁴

Uma rede clandestina de escritoras fora da ordem

A trajetória política de um conjunto de mulheres “fora da ordem” traz à luz a inserção desse grupo nas frentes de resistência contra o autoritarismo, a violência e a intolerância institucionalizadas. Até mesmo sem se conhecerem, fortaleceram uma rede clandestina de ações políticas, abrindo caminhos para a implementação dos ideais democráticos no Brasil a partir de 1950. Dentre os nomes mais conhecidos da historiografia brasileira, temos as escritoras e poetisas Maria Lacerda de Moura, Patrícia Galvão e Haydée Nicolussi; e tantas outras ainda “anônimas”, como Jurema Yara Ferreira, Marilena, Lia Lah, Mary, Terezinha de Almeida. Mulheres que criaram meios de fazer escutar suas angústias valendo-se de poesias, contos, crônicas e livros. Mulheres que se posicionavam na linha de frente do combate, enfrentando o sexismo, desmentindo o mito do sexo frágil e legitimando sua capacidade de pensar.

Eram mães, esposas, namoradas, filhas, jornalistas, educadoras, desenhistas, artistas plásticas e/ou donas de casa. Sem abrir mão de suas funções já “estabelecidas”, não se prostraram diante do autoritarismo político do Estado brasileiro: foram vigiadas e presas. Mostraram-se fortes: burlaram a ordem, resistiram às torturas, e, apesar de terem suas obras confiscadas e destruídas, não permitiram que calassem suas vozes. Fizeram valer seus ideais e a caneta no papel. Lutaram por uma sociedade mais justa, pelos oprimidos, pelos direitos do povo, como também pelos direitos da mulher.

Por suas ideias e ações subversivas, as escritoras “desordeiras” que atuaram nas décadas de 1930 e 1940 foram marginalizadas do mercado de bens culturais “oficializados” pelo Estado. Assim como Haydée Nicolussi, a produção literária de Pagu divergia dos projetos político-culturais do governo Vargas, identificados com os paradigmas fascistas em voga na Europa. Durante o Estado Novo – segundo Maria Helena Rolim Capelato,

²⁴ Ver: Andreucci (2006).

em *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* –, o artista (em geral) deveria cumprir a missão de testemunho do social, exprimindo os sentimentos sociais e nacionais, inspirando-se em temas e em motivos reais. Para o governo Vargas, a produção artística e literária que estivesse fora do âmbito oficial e nacionalista era considerada subversiva, cabendo aos aparatos repressivos do Estado sanear e purificar a sociedade dessas “ideologias exóticas” (Capelato, 1998, p. 127).

Diante da intensa vigilância policial, a solução encontrada pelas frentes de resistência foi driblar a ordem instituída. As mulheres que participavam dos movimentos femininos e feministas formavam uma complexa e invisível rede de produção literária. Escreviam para jornais e revistas clandestinas, participavam de concursos literários, proferiam palestras e editavam suas obras por meio de editoras clandestinas. Dessa forma, muitas vezes improvisada, conseguiam levar suas ideias para um público maior de homens e mulheres das mais distintas profissões e idades. “Saíram dos seus lares e invadiram o espaço público”, como afirmou Marcela de Oliveira em seu mestrado sob o tema (Morente, 2015).

Entre os documentos confiscados e anexados ao prontuário do Partido Comunista Brasileiro, identificamos a *Revista Literária Nordestina Cadência*. Editada e administrada em Araçatuba, São Paulo, recebia poemas do Brasil inteiro, desde o Pará ao Rio Grande do Sul, sobre diversos temas: amor, saudade, angústia, entre outros. Uma dessas poesias, sem título, foi escrita por Lia Lah, cujo lamento clama por uma casa, um lar: “Tantas casas/ e eu sem um lar”. No decorrer das rimas, sua poesia é composta por elementos emocionais e angustiantes que se colocam no lugar de tantas mães, órfãs, sem teto e sem família:²⁵

Tantas casas
e eu sem um lar.

Tantas mães
e eu pela distância
órfã.

Tanto jardim
tantos amores

²⁵ Apesp. Deops/SP. Prontuário 6.899 – Partido Comunista do Brasil. Poesia de Lia Lah, publicada em *Revista Literária Nordestina Cadência*, ano 6, n. 23, maio de 1951.

tantas crianças
e o meu ventre vazio.

Tanto riso
tanto cristal
tanta carícia
e meu corpo vestido.

Tanta lágrima
rolando pelo mundo
dos meus olhos.

...

Canta no meu corpo
A repetição do descobrimento.
Bacante, santa
ou mulher
A minha pureza se fez tua
no aclarado mistério.

Virgem novamente
Aconteceu
Depois de tantos pecados.
Ontem, hoje,
Quando não sei
Aconteceu.

... E escorrem lírios dos meus dedos.

Ainda nos autos do PCB, identificamos o recorte “Nosso poema”, de Terezinha de Almeida, produzido em Santos, em 1952, e publicado no jornal *Notícias de Hoje*, em 25 de outubro de 1953. As rimas são carregadas de angústias expressando os sentimentos do povo faminto, desolado, ainda que trabalhador:

Não falarei
de olhos cativos e paisagens mortas.
Nem falarei de mãos que morreram
como asas abatidas de pássaros encarcerados
Nem falarei de mim

nem falarei de ti
que trazes noites encobertas
na abóbada de tuas pálpebras.

Ah! extenso foi o grito do vento
cavalgando entre nuvens, entre névoas,
entre montanhas desertas,
e no côncavo dos sonhos.
Mas largo e profundo
é o grito do homem de uma pátria grande
onde pequeno e furtivo é o pão
diante dos lábios que se estendem.

Onde buscar palavras
para contar a história de um homem;
do homem desolado que ler e escrever não sabe
e entre os astros céu, uma vez,
procurou a sorte de seu filho pequeno?
Mas tão poucas estações passaram,
a chuva ainda nem caiu,
somente a fome cresceu.
As árvores nem floresceram
Ai, a sorte enganou, os astros vivem,
mas a criança nunca mais chorou.

Eu compreendo
e nós compreendemos
a terra que é nossa, a estrela que é nossa,
e que estranhos não nos podem roubar.
O rio cantou, eu ouvi, nós ouvimos,
o rio veio de longe, faz poesias com o mar.
Na lousa da praia
ficaram os poemas vivos,
da nossa gente, dos nossos heróis,
poemas tão belos, tão sentidos,
que nem o vento pode levar.

Nesta hora que as ondas rolam
em que pálpebras despertam,
diante de ti, diante deles,

que buscais desencantos na vida,
não nos podemos deter.
Seguimos.
Sem mágoas, sem desilusões,
nem crepúsculos inquietos,
pois a luz já se infiltra
entre os dedos espalmados
ante o riso do futuro.

E o poema que levamos,
amigos, irmãos,
é o teu poema, é o meu, é o nosso,
nós juntos o fizemos nascer.
É como o rio que canta,
que eu ouço, que nós ouvimos,
e faz poesias com o mar.²⁶

O uso de metáforas (abóbada de tuas pálpebras) e de prosopopeias (grito do vento; riso do futuro) colaboram para criar maior impacto emocional no leitor. A persistência e a recorrência de palavras que conotam morte evidenciam a dramatização poética da autora. A partir da terceira estrofe, percebemos a caracterização do ser para quem a autora dirige a sua fala: um homem que não sabe ler e nem escrever, que sonha com um futuro melhor para seus filhos e que tem consciência de que a natureza também lhe pertence. O sofrimento do início do poema aos poucos vai se convertendo na possibilidade de libertação do ser, fazendo-nos perceber que é este sofrimento e a tomada de consciência que irão libertar os homens no dia em que todos poderão recitar poemas comuns à humanidade (é o teu, é o meu, é o nosso).

Outras poesias escritas por mulheres subversivas foram identificadas em jornais clandestinos, principalmente de caráter comunista. Esses periódicos encontram-se anexados aos prontuários do médico Quirino Pucca²⁷ e da Delegacia Regional de Presidente Prudente, São Paulo.²⁸ No prontuário da delegacia, os jornais confiscados pela polícia política

²⁶ Apesp. Deops/SP. Prontuário 6.899 – Partido Comunista do Brasil. “Nosso poema”, poesia de Terezinha de Almeida, publicada no suplemento dominical do jornal Notícias de Hoje. São Paulo, 25 de outubro de 1953. Grifo da autora.

²⁷ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.332 – Quirino Pucca.

²⁸ Apesp. Deops/SP. Prontuário 550 – Delegacia Regional de Presidente Prudente.

faziam propaganda comunista e divulgavam ideias subversivas no interior do estado de São Paulo. Constatase, pelos registros, que os comunistas vivenciaram certa liberdade de expressão em Presidente Prudente até o início da década de 1940, quando a região passou a ter controle policial sistemático, em decorrência do recrudescimento da política autoritária do Estado Novo. Dentre os exemplares dos jornais confiscados, encontramos o jornal *A Notícia*, de 13 de março de 1938, que traz dois contos: “Recordando”, de Marilena, e “O prisioneiro”, de Mary. Os nomes completos (ou corretos) das autoras foram, possivelmente, omitidos com o objetivo de evitar represálias a elas que, mesmo assim, conseguiram colocar suas mensagens em circulação.

No prontuário do médico Quirino Pucca, acusado de prestar serviços ao Socorro Vermelho e ser simpatizante do ideário comunista, identificamos algumas poesias publicadas no jornal *Roteiro*, de 5 de maio de 1939. Entre elas está a poesia “Eu partirei, amor...”, de Jurema Yara Ferreira, que não foi registrada pela polícia política. Mesmo assim, conseguimos identificar um rol de autoras anônimas cujas trajetórias e produção perderam-se na trama dessa cultura política amordaçada. Constatamos que muitas dessas escritoras fechavam acordo com algumas editoras clandestinas, que corriam risco ao publicarem seus escritos. É o caso do Editorial Pax que, em 1931, lançou um concurso literário, em colaboração com o jornal *Diário da Noite*. O tema mobilizador foi a “caridade”, induzido por um conjunto de perguntas: “Por que existe a miséria?”, “Resolve a caridade o problema da miséria?”. Como prêmio, além de um terreno, os vencedores receberiam livros, dentre os quais os de algumas mulheres editadas pela Pax: *Homens e máquinas*, de Larissa Leisner, *O amor na sociedade comunista*, da russa Alexandra Kolontai, e *Virineia*, da novelista Lídia Sefulina.²⁹

Em uma investigação policial sobre a Editora Nacional Lux, as autoridades policiais identificaram a obra, ainda no prelo, *Civilização, elo de escravidão*, de Maria Lacerda de Moura.³⁰ Segundo o relatório do policial Antonio Gioffi, a obra “parecia ser contra a guerra e fazia afirmações de sua doutrina individualista, tomada da escola do anarcoindividualismo espiritualista, do filósofo francês Hans Ryner”.³¹ Importante ressaltar que

29 Apesp. Deops/SP. Prontuário 864 – Editorial Pax. Panfleto “Concurso Literário”, sem data.

30 Apesp. Deops/SP. Prontuário 857 – Maria Lacerda de Moura.

31 Apesp. Deops/SP. Prontuário 864 – Editorial Pax. Relatório de Antônio Gioffi ao delegado de Ordem Política e Social, Ignacio da Costa Ferreira, São Paulo, 2 de junho de 1931.

a escritora Maria Lacerda é considerada uma das pioneiras na luta pela emancipação da figura da mulher. Em 1920, fundou, no Rio de Janeiro, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e, um ano depois, em São Paulo, colaborou com a imprensa operária, publicando em jornais como *A Plebe*, *O Combate* e *A Opinião do Povo*, entre outros. Outras obras de Maria Lacerda de Moura também foram apreendidas durante um auto de busca junto à sede da Editora Unitas. Na lista de livros confiscados, a escritora é a única mulher entre autores como André Malraux, Lenine, Paulo Torres e Karl Marx. Na relação dos exemplares apreendidos, encontramos 568 unidades do livro *Hans Ryner e o amor plural*, e 107 de *Ferer, o clero romano e laical*, ambos de autoria de Maria Lacerda de Moura.³²

Conclusões

Com uma mulher sendo retirada da Presidência da República brasileira em 2016 e um retorno escancarado do autoritarismo de lá para cá, terminaremos esse artigo evocando uma poesia de Carlos Drummond de Andrade dedicada à Mietta Santiago, estudante de direito que, em 1928, impetrou um mandado de segurança para obter o direito de votar, atingindo seu objetivo. Essa homenagem pode ser estendida a cada uma das escritoras e poetisas citadas nesse artigo, como também a todas as mulheres que nunca se calaram diante da censura e da repressão. Mietta Santiago foi uma esperança. Os movimentos de mulheres atuais são uma necessidade.

Mietta Santiago
loura poeta bacharel
conquista, por sentença de juiz,
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador,
e até presidente da República.
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, chefe da nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremerem os trilhos da Central
e acende no bairro dos Funcionários,

³² Apesp. Deops/SP. Prontuário 828 – Editorial Unitas. Lista de livros apreendidos, São Paulo, 6 de março de 1936.

melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita de que Minas endoidece,
já endoideceu: o mundo acaba. (Coelho; Vilalva, 2011, p. 135)

Fontes

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo de Deops/SP.

Referências

- ALMEIDA, Maria das Graças de. A recristianização da política: pactos e tramas entre o Estado e a Igreja no Brasil (1937-1945). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 23, p. 575-610, 2002.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valeria Garcia de. *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa oficial, 2002.
- _____. *Risco das ideias: intelectuais e polícia política (1930 -1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino (1939-1942). *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, p. 135-146, jan./mar. 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Trilogia dos estigmas. In: STRAUSS, Dieter (org.). *Não olhe nos olhos do inimigo: Olga Benário – Anne Frank*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 39-50.
- _____. *Livros proibidos, ideias malditas*. 2. ed. ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial; Fapesp, 2002.
- COELHO, Moira Pinto; VILALVA, Mário. A questão do gênero hoje em dia: uma visão da situação em Portugal e no Brasil. *Mundo afora: políticas de promoção de igualdade de gênero*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, n. 7, p. 135-142, jun. 2011.
- DE GIORGIO, Michela. Michelle Perrot, les femmes ou les silences de l'histoire. *Clio. Femmes, genre, histoire*, Paris, n. 12, 2000. Disponível em: <http://clio.revues.org/200>. Acesso em: 16 fev. 2012.
- ECHAUDÉMAISON, Claude-Danièle (org.). *Dictionnaire d'économie et de sciences sociales*. 4. ed. Paris: Edition Nathan, 1998.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito e literatura: Vargas, o Estado Novo, a Lei de Segurança Nacional e o habeas corpus em favor de Olga Benário Prestes*. A história entre foices, martelos e togas. *Jus, Teresina*, ago. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10245/direito-e-literatura-vargas-o-estado-novo-a-lei-de-seguranca-nacional-e-o-habeas-corpus-em-favor-de-olga-benario-prestes>. Acesso em: 11 mar. 2012.
- GOFFMAN, Erwing. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LEI de segurança nacional (LSN). In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Inuadindo o mundo público: movimentos de mulheres (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- NAHES, Semiramis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO Francisco Aurélio. Haydée Nicolussi: poeta, revolucionária e romântica. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras; Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Justiça. Arquivo Público do Estado. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro, 1996.

RIPA, Yannick. Michelle Perrot, les femmes ou les silences de l'histoire. *Annales, Histoire,*

Sciences Sociales, 54^e année, n. 1, p. 145-147, 1999.

RODRIGUES, Símele Soares. *La police politique contre le monde littéraire: censure et répression à São Paulo (1924-1945)*. 2009. Mémoire (Master en Histoire des Sociétés Occidentales Contemporaines) – Université Panthéon Sorbonne Paris 1, Paris, 2009.

Recebido em 30/9/2019

Aprovado em 18/2/2020